

**10º SIMULADO**

**TJRJ**

**ANALISTA JUDICIÁRIO  
SEM ESPECIALIDADE - PÓS-EDITAL**



**Estratégia**  
Concursos



# LANÇAMENTO DO SISTEMA DE QUESTÕES

**#VENHAPARAOMAIOR**

**NÃO ESQUEÇA**

**18 DE MAIO - ÀS 10:00**

# Simulado Especial

## 10º Simulado TJ-RJ

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-09-05-20>**

01 – A B C D E  
02 – A B C D E  
03 – A B C D E  
04 – A B C D E  
05 – A B C D E  
06 – A B C D E  
07 – A B C D E  
08 – A B C D E  
09 – A B C D E  
10 – A B C D E  
11 – A B C D E  
12 – A B C D E  
13 – A B C D E  
14 – A B C D E  
15 – A B C D E  
16 – A B C D E  
17 – A B C D E  
18 – A B C D E  
19 – A B C D E  
20 – A B C D E

21 – A B C D E  
22 – A B C D E  
23 – A B C D E  
24 – A B C D E  
25 – A B C D E  
26 – A B C D E  
27 – A B C D E  
28 – A B C D E  
29 – A B C D E  
30 – A B C D E  
31 – A B C D E  
32 – A B C D E  
33 – A B C D E  
34 – A B C D E  
35 – A B C D E  
36 – A B C D E  
37 – A B C D E  
38 – A B C D E  
39 – A B C D E  
40 – A B C D E

41 – A B C D E  
42 – A B C D E  
43 – A B C D E  
44 – A B C D E  
45 – A B C D E  
46 – A B C D E  
47 – A B C D E  
48 – A B C D E  
49 – A B C D E  
50 – A B C D E  
51 – A B C D E  
52 – A B C D E  
53 – A B C D E  
54 – A B C D E  
55 – A B C D E  
56 – A B C D E  
57 – A B C D E  
58 – A B C D E  
59 – A B C D E  
60 – A B C D E

**PORTUGUÊS**

Felipe Luccas

**TEXTO I**

Dúvidas não mentem. Pergunte-se se você se conhece a si mesmo e você terá sérias razões para começar a duvidar. A familiaridade cega. As características epistemológicas peculiares do autoconhecimento introspectivo, de um lado, e a presença insinuante de forças psicológicas poderosas, de outro, tornam a busca do conhecimento de si uma empresa formidavelmente difícil e escorregadia. O que espanta, contudo, é a quase irrefreável propensão humana, presente em certa medida e em certos pontos sensíveis em cada um de nós, de fechar a porta da dúvida e perder, inocentemente, a chave. O autoengano não é a ignorância simples de não saber e reconhecer que não sabe. Ele é a pretensão ilusória e infundada do autoconhecimento — o imaginar que se é sem sê-lo, o acreditar convicto que seduz e ofusca, a fé febril que arrebatava, a certeza de saber sem saber.

Hão de existir, é claro, gradações. Se as verdades assintoticamente objetivas da ciência são rasas, porém progressivas, as verdades assumidamente subjetivas do autoconhecimento são profundas, porém abortivas. Se o saber científico nunca é final, o conhecimento que temos de nós mesmos parece condenado a ser eternamente inicial. Toda vitória é parcial, toda conquista, provisória, e toda certeza, suspeita. Situações extremas e aberrantes de autoengano — episódios aparentemente distantes da experiência comum — fornecem pistas valiosas sobre as nuvens tóxicas e gases inebriantes que rondam, com sua carga radioativa, todo o coração humano.

Considere, por exemplo, o fenômeno da intoxicação do amor-próprio a que chamamos vaidade. Há pessoas mais ou menos vaidosas no mundo. Um caso limite e pitoresco é o paradoxo de Stalin. Ao revisar para publicação a sua biografia oficial, escrita por funcionários do partido, o ditador soviético ordenou que fosse inserida a seguinte sentença: “Stalin jamais deixou que seu trabalho fosse prejudicado pela mais leve sombra de vaidade, presunção ou idolatria”. O paradoxo agride: negar assim a vaidade é afirmá-la aos berros! Ao negar pública e peremptoriamente a própria vaidade, Stalin acaba revelando ao mundo que ele era possuído por ela de forma brutal. A questão é: para quem, afinal, está mentindo o ditador? Para si mesmo ou para o público leitor?

O hipócrita é calculista — ele mede os efeitos de seus atos e coloca-se na posição do outro para acertar a pontaria. Se Stalin estivesse sendo apenas hipócrita, isto é, se a sua intenção fosse enganar de forma cínica e deliberada o público leitor, ele muito provavelmente teria se dado conta da incoerência em que tropeçava e não diria o que disse como disse. Ao negar, como faz, sua vaidade, o ditador revela estar tomado por ela a tal ponto que não pode admitir nem para si mesmo que a possui. Ele precisa mentir para si próprio para evitar o desprezo por si mesmo. O autoengano aqui é de tal ordem que prejudica a inteligência e a capacidade de enganar o outro.

Adaptado de “Autoengano”, Eduardo Gianetti.

**01.** No primeiro parágrafo, o autor sugere que

- a) a presença insinuante de forças psicológicas impossibilita o autoconhecimento.
- b) características epistemológicas do autoconhecimento introspectivo mitigam o autoengano.
- c) o autoengano é a simples admissão interior de que se está enganado sobre si mesmo.
- d) as dúvidas são provas inequívocas de que a familiaridade impede o autoconhecimento.
- e) a crença convicta em saber o que não sabe ou ser o que não é, para o autor, constitui autoengano

**02.** O vocábulo “paradoxo” (3º parágrafo) foi empregado com sentido de

- a) incongruência
- b) inconformidade
- c) desconexão
- d) contradição
- e) impropriedade

**03.** O segmento “fechar a porta da dúvida e perder, inocentemente, a chave” (1º parágrafo) refere-se

- a) ao ato de passar a ter certeza de uma determinada autoavaliação.
- b) a finalmente conhecer-se de uma maneira isenta e objetiva
- c) a estar permanentemente preso a dúvidas que nunca serão sanadas
- d) adquirir a inocência de sempre duvidar de si mesmo
- e) a assumir como definitiva uma resposta que já era verdadeira

**04.** No texto I, predomina a tipologia

- a) injuntiva.
- b) narrativa.
- c) descritiva.
- d) expositiva.
- e) argumentativa.

**05.** Inere-se do texto que Stalin

- a) não queria ser visto como vaidoso por saber que não o era
- b) pretendia dissimular sua vaidade enganando o seu público leitor
- c) traiu-se por deixar ainda mais óbvio o que pretendia negar
- d) agiu com hipocrisia ao mentir para seus futuros leitores
- e) admitiu para si mesmo que era vaidoso ao ser hipócrita

**06.** O segmento “Ao negar” (último parágrafo) poderia ser substituído, sem prejuízo à correção gramatical e aos sentidos originais, por

- a) porque nega
- b) para negar
- c) embora negue
- d) quando nega
- e) caso negue

**07.** Sem prejuízo à correção gramatical e aos sentidos do texto, a forma “Hão de existir” (2º parágrafo)

- a) Deve haver
- b) Há de haver
- c) Deve existir
- d) Devem haver
- e) Haverão de existir

**08.** Em cada uma das próximas opções, é apresentada uma proposta de reescrita para o seguinte período do texto I: “Dúvidas não mentem. Pergunte-se se você se conhece a si mesmo e você terá sérias razões para começar a duvidar. A familiaridade cega”. Assinale a opção que apresenta proposta de reescrita que preserva o sentido original e a correção gramatical do texto.

- a) Dúvidas não mentem porque a familiaridade cega. Pergunte-se a si mesmo se você conhece e terá sérias razões para começar a duvidar.
- b) Dúvidas não mentem. Pergunte a si mesmo se você se conhece e terá sérias razões para começar a duvidar-- a familiaridade cega.
- c) Pergunte-se se você se conhece e você teria graves razões para começar a duvidar. Dúvidas não mentem e a familiaridade cega.
- d) Dúvidas não mentem. Pergunte a si mesmo se você se conhece e terá sérias razões para começar a duvidar: a familiaridade cega.
- e) Dúvidas não mentem, na medida em que a familiaridade cega. Pergunte-se a si mesmo se você conhece e terá sérias razões para começar a duvidar.

09. Assinale a opção em que a supressão das vírgulas preserva os sentidos originais e a correção gramatical do segmento.

- a) Considere, por exemplo, o fenômeno da intoxicação do amor-próprio a que chamamos vaidade. (3º parágrafo)
- b) ... nuvens tóxicas e gases inebriantes que rondam, com sua carga radioativa, todo o coração humano. (2º parágrafo)
- c) fechar a porta da dúvida e perder, inocentemente, a chave. (1º parágrafo)
- d) Ao negar, como faz, sua vaidade... (último parágrafo)
- e) O que espanta, contudo, é a quase irrefreável propensão humana... (1º parágrafo)

10. No último período do texto, a oração “que prejudica a inteligência e a capacidade de enganar o outro” expressa noção de

- a) consequência
- b) causa
- c) explicação
- d) proporção
- e) condição

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. Em relação aos magistrados, segundo a LODERJ, marque a alternativa incorreta:

- a) Os cargos de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Substituto serão providos por ato do Presidente do Tribunal de Justiça ou do Governador do Estado, na forma e nos casos estabelecidos pelas Constituições da República e do Estado.
- b) A carreira da magistratura, em primeira instância, é composta por Juízes Substitutos, Juízes de Entrância Comum e Juízes de Entrância Especial.
- c) O Presidente do Tribunal de Justiça poderá convocar, a qualquer tempo, em face de imperiosa necessidade do serviço, Juízes de Direito Titulares de Entrância

Especial, integrantes da primeira sexta parte da antiguidade, para compor as Câmaras.

- d) Os Juízes Substitutos terão exercício pleno nas Regiões Judiciárias, ressalvada a Comarca da Capital, na qual poderão exercer funções de auxílio.
- e) Os Juízes de Entrância Comum serão titulares nas Varas e Juizados das Comarcas de mesma denominação e dos cargos de Juízes Regionais.

12. Quanto ao Auxílio e a Substituição, a LODERJ dispõe que:

- a) Nas Varas em que não houver juiz de direito designado, a este caberá o exercício das funções de titular.
- b) Na falta de prévia estipulação de critérios, os feitos de numeração par, em cada serventia, caberão ao juiz de direito titular, e os de numeração par, ao juiz de direito auxiliar.
- c) Nas Varas em que houver mais de um juiz de direito designado, o exercício provisório da titularidade caberá ao mais idoso entre os juízes.
- d) Não poderá ser atribuído ao juiz de direito auxiliar mais da metade dos feitos distribuídos à serventia judicial.
- e) O juiz de direito designado como auxiliar terá atribuições jurisdicionais diversas do juiz de direito titular.

13. Sobre a remuneração, descrita na Lei n.º 4.620/2005, marque a alternativa incorreta:

- a) Às carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro corresponderão as classes estabelecidas na tabela, designadas como A, B e C, divididas em padrões, sendo A a inicial e C a final.
- b) Sobre o vencimento e as demais parcelas remuneratórias mencionadas neste artigo, incidirá o adicional por tempo de serviço, a que fará jus o servidor a cada três anos de efetivo exercício no serviço público, correspondente a cinco por cento, à exceção do primeiro triênio, que corresponde a dez por cento de acréscimo.

- c) O adicional por tempo de serviço é limitado a 60% do vencimento e das demais parcelas remuneratórias mencionadas neste artigo, sendo computado, para fins de sua concessão, o período exercido pelo servidor em cargo e emprego público da Administração Direta e Indireta federal, estaduais e municipais.
- d) Ao serventuário a que se refere o artigo 5º desta Lei, que desempenhar função de Chefe de Serventia de Primeira Instância será atribuída gratificação CAI-6, a que fará jus enquanto permanecer no efetivo desempenho da função, ressalvadas as situações constituídas sob a égide da Lei nº 2400 de 17 de maio de 1995.
- e) O Analista Judiciário na Especialidade de Execução de Mandados, enquanto permanecer no exercício de suas funções específicas, receberá gratificação de locomoção correspondente a 40% sobre a remuneração do padrão do respectivo cargo.

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Herbert Almeida

14. Joana é servidora regida pelo Decreto nº 2.479/1975 e está atualmente cuidando de sua mãe, acometida de doença grave. Seus cuidados são indispensáveis e não está mais sendo possível conciliar com o exercício de seu cargo público. A respeito do tema, tendo em vista a previsão da legislação estadual, é correto afirmar que
- a) a referida licença somente poderá ser concedida de ofício pela administração.
- b) a licença poderá ser deferida a pedido do servidor, mas não poderá ser prorrogada.
- c) a licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida com vencimentos e vantagens integrais.
- d) a licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida com dois terços dos vencimentos e vantagens nos primeiros doze meses.
- e) nos primeiros doze meses de licença, a servidora receberá vencimentos e vantagens integrais; já nos

doze meses seguintes, receberá a quantia referente a dois terços dos vencimentos e vantagens.

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. À luz da Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção correta acerca do pedido de reconsideração.
- a) Das decisões proferidas pelo Corregedor-Geral da Justiça caberá pedido de reconsideração, no prazo de cinco dias.
- b) Apreciado o pedido de reconsideração, este não poderá ser renovado em qualquer hipótese.
- c) Não será devido na interposição do pedido de reconsideração o recolhimento de qualquer valor para o custeio.
- d) Não são dispensados de recolhimento os recursos interpostos pelos Municípios e respectivas autarquias.
- e) A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o requerente, intimado, não vier a supri-la no prazo de oito dias.
16. À luz da Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção correta acerca da utilização do sistema de processamento de dados
- a) Nas serventias em que haja processamento eletrônico, a responsabilidade pela fidedignidade dos dados é pessoal, bem como a utilização do sistema.
- b) Constitui falta leve manter na serventia processo desarquivado sem a devida atualização do andamento no sistema de informática - DCP.
- c) Cabe ao servidor mais antigo na unidade comunicar ao Juiz de Direito a que estiver vinculado, bem como ao órgão de informática e à Corregedoria-Geral da Justiça, os fatos que impeçam a plena utilização do sistema;
- d) Cabe ao supervisor assegurar o imediato lançamento, no terminal de computador, de toda e qualquer movimentação dos processos autuados nas respectivas serventias.
- e) Cabe ao Magistrado indicar o pessoal a ser cadastrado no sistema, com o respectivo nível de acesso.

17. Nos termos da Consolidação Normativa Judicial, Recolhidas as custas, a certidão será fornecida

- a) em até oito dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o Juiz competente autorizar a expedição em caráter urgente.
- b) em até 48 horas, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o Juiz competente autorizar a expedição em caráter urgente.
- c) em até cinco dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o Chefe da Serventia competente autorizar a expedição em caráter urgente.
- d) em até 24 horas, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o Chefe da Serventia competente autorizar a expedição em caráter urgente.
- e) em até três dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o Corregedor-Geral competente autorizar a expedição em caráter urgente.

18. Nos termos da Consolidação Normativa Judicial, são normas de procedimento básico nas correições extraordinárias, exceto

- a) lavratura de atas e termos de todos os atos praticados;
- b) designação de servidor, pelo Juiz Responsável pela correição, para secretariar os trabalhos;
- c) publicação pelo DJERJ e comunicação por ofício aos órgãos locais do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil, por ocasião da instauração da correição, para que apresentem reclamação, notícia de irregularidades ou sugestão;

d) elaboração de relatório minucioso e conclusivo da correição, apresentando sugestões, devidamente assinado pelo Juiz Presidente e demais membros da comissão, com as respectivas identificações, endereçado ao Corregedor-Geral da Justiça;

e) no prazo máximo de 30 dias, poderá ser encaminhada cópia do relatório mencionado no inciso anterior ao Juiz de Direito e ao Chefe de Serventia, facultando a estes manifestarem-se sobre o mesmo, no prazo de 05 (cinco) dias;

### **DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Ricardo Torques**

19. É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário. Com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa correta:

- a) A pessoa com deficiência não é assegurada a participação na elaboração das políticas de saúde, cabendo unicamente ao Poder Executivo.
- b) Aos profissionais que prestam assistência à pessoa com deficiência é garantida apenas a capacitação inicial. As demais capacitações deverão ocorrer por iniciativa do respectivo profissional.
- c) A fertilização assistida não está incluída entre as ações e serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência, devendo ser arcados com recursos do interessado.
- d) Os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- e) As operadoras de planos e seguros privados de saúde podem ofertar à pessoa com deficiência serviços e produtos reduzidos dos ofertados aos demais clientes.



**ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

Paulo Guimarães

**20.** Acerca da ética e da moral, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Existem diferenças entre os conceitos morais de um grupo e de outro, sendo a moral influenciada por fatores sociais.
- b) A ética é um ramo da filosofia que busca o constante questionamento, é especulativa e propicia a quebra de paradigmas e a evolução do pensamento.
- c) A moral decorre exclusivamente de atitudes exteriores e que são tipicamente atemporais.
- d) A moral coloca sempre em ação os indivíduos como tais.
- e) A ética é a parte da filosofia e ciência que se ocupa do comportamento moral do homem.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Antônio Daud

**21.** Acerca das espécies de atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) atos normativos são aqueles que veiculam regras concretas e destinadas a um círculo conhecido de destinatários.
- b) licenças e homologações consistem em atos negociais vinculados.
- c) autorizações e registros são atos negociais discricionários.
- d) a pena de detenção pela prática de crime consiste em ato administrativo punitivo.
- e) ordens de serviço e despachos são exemplos de atos enunciativos.

**22.** Assinale a alternativa que menciona característica comum a todas as entidades descentralizadas:

- a) criação direta por meio de lei específica.
- b) autonomia absoluta quanto às finalidades de atuação.
- c) capacidade de autoadministração, com certa independência em relação ao poder central.

- d) possibilidade de extinção por vontade própria.
- e) submissão a controle finalístico hierárquico.

**23.** Assinale a situação abaixo na qual incide a responsabilidade civil objetiva prevista no texto constitucional:

- a) dano decorrente da atuação de empresa estatal que explora atividade econômica.
- b) prejuízo decorrente de omissão geral do poder público.
- c) dano causado por detento foragido do sistema penitenciário há 1 ano.
- d) dano causado a particular por conduta irregular de agente público, pertencente a um tribunal estadual, no exercício de suas funções.
- e) dano causado a particular por agente público atuando fora de suas atribuições.

**24.** Suponha que determinado órgão público realizou licitação na modalidade tomada de preços, tendo sido o respectivo procedimento homologado pela autoridade competente e o objeto adjudicado à sociedade empresária X. Não havendo convocação para a contratação, o prazo máximo, legalmente previsto, para que a referida sociedade empresária seja liberada dos compromissos assumidos durante a licitação é de:

- a) sessenta dias, contados da homologação do certame.
- b) quarenta e cinco dias, contados da homologação do certame.
- c) sessenta dias, contados da entrega das propostas.
- d) trinta dias, contados da homologação do certame.
- e) trinta dias, contados da data da entrega das propostas.

**25.** Assinale a alternativa que não menciona característica própria dos contratos administrativos:

- a) submissão ao regime jurídico administrativo.
- b) onerosidade.
- c) comutatividade.
- d) impessoalidade.
- e) de adesão.

26. Serviço público adequado é aquele que, entre outras características, (1) possibilita oferta à maior cobertura possível e que (2) é prestado sem colocar em perigo as pessoas e bens afetos ao serviço.

Os princípios que se relacionam com tais características são, respectivamente:

- a) gratuidade e modicidade de riscos.
- b) continuidade e confiança legítima.
- c) universalidade e regularidade.
- d) generalidade e segurança.
- e) cortesia na sua prestação e eficiência.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

27. Determinado sindicato, representante da categoria de costureiros de certo estado da Federação, decide, após reunião em assembleia geral, instituir sua contribuição confederativa. Gleiton, um dos associados presentes na ocasião, recusa-se a efetuar o pagamento, alegando inexistir lei fixando a referida prestação, o que tornaria a cobrança, portanto, ilegal e abusiva. Diante da solidez da argumentação de Gleiton, os dirigentes do sindicato decidem suspender a exigência, ao mesmo tempo em que recorrem ao Poder Judiciário para solicitar a regulamentação do dispositivo constitucional que a prevê e, assim, legitimar sua instituição. Pode-se afirmar, à luz da interpretação do STF e do que determina a Constituição Federal, que:

- a) Gleiton poderá eximir-se do pagamento da contribuição, a qual, de acordo com o atual entendimento do STF, é facultativa e depende apenas de expressa e individualizada anuência de cada filiado para que possa ser cobrada.
- b) O sindicato deverá, nessa situação, ajuizar mandado de injunção perante o STF, a fim de exigir a regulamentação de direito expressamente previsto na Carta Constitucional.
- c) A contribuição confederativa é instituída por decisão da assembleia e, sendo assim, independe de lei, o que torna desnecessária a suspensão da exigência pela entidade sindical.

d) O sindicato deverá dirigir-se ao Tribunal de Justiça competente e ajuizar mandado de injunção, já que se está diante de norma constitucional de eficácia contida e que, portanto, pressupõe a atuação do legislador infraconstitucional.

e) O ajuizamento do mandado de injunção se justifica, à medida que a contribuição, de natureza tributária, somente pode ser exigida por meio de lei.

28. Suponha que a Constituição do Estado do Rio de Janeiro tenha sido emendada, visando alterar as competências e a estrutura do Poder Judiciário local. Assim, fora estabelecida limitação do número de membros do Tribunal de Justiça, que deveria contar, a partir de então, com no máximo 25 julgadores, bem como o reforço à autonomia desse Poder, que ficou incumbido de elaborar sua própria proposta orçamentária, a ser encaminhada para o Poder Legislativo por iniciativa do presidente da instituição. Além disso, foram inseridos dispositivos atribuindo foro especial aos membros da advocacia pública, que passariam a ser julgados perante o Tribunal de Justiça local. Partindo da leitura atenta das disposições contidas na CF/88, bem como da interpretação dada pelo STF ao tema, pode-se concluir que:

- a) Todas as alterações propostas pela emenda à Constituição Estadual se inserem na esfera de competências do ente estadual, estando, também, em sintonia com o princípio da harmonia entre os poderes.
- b) Não cabe à Constituição Estadual a definição das competências e da organização do Poder Judiciário, devendo tais temas serem estabelecidos por lei de iniciativa do próprio Poder.
- c) Apenas a menção à elaboração e encaminhamento da proposta orçamentária encontra respaldo na atual Constituição, em razão da autonomia administrativa e financeira de que dispõe o Tribunal de Justiça.
- d) Todos os mencionados dispositivos da emenda à Constituição Estadual devem ser declarados inconstitucionais, por violação às diversas regras e princípios insculpidos na Carta Maior.
- e) Apenas a fixação de foro privilegiado aos membros da advocacia pública é válida, já que cabe à Constituição do respectivo Estado definir as competências jurisdicionais do Tribunal de Justiça local.

**29.** Mirialdo foi eleito duas vezes consecutivas Vice-Governador do Estado X e, nas próximas eleições, pretende se candidatar à vaga do titular. Mirileise foi reeleita para o cargo de Governadora do Estado Y, mas deseja concorrer ao cargo de Vice, novamente pelo mesmo Estado, também no próximo pleito. Ambos se encontram no exercício de seus segundos mandatos. Aponte a alternativa que apresenta uma afirmação condizente com as regras introduzidas pela CF/88:

- a) Mirialdo poderá se candidatar ao cargo almejado, independentemente de ter substituído diversas vezes o titular no curso do mandato. Já Mirileise não poderá, em hipótese alguma, pleitear o cargo de Vice nas próximas eleições.
- b) Tanto Mirialdo quanto Mirileise poderão concorrer nas próximas eleições, desde que se desincompatibilizem até seis meses antes do pleito.
- c) Mirialdo não poderá concorrer à eleição, caso tenha substituído o titular em algum momento no curso de seu segundo mandato.
- d) Mirileise poderá se candidatar a qualquer cargo eletivo, desde que pertencente a circunscrição diversa da atual.
- e) Apenas Mirileise poderá concorrer ao cargo pretendido, podendo exercer o mandato de Vice-Governadora sem qualquer impedimento ao exercício de sua capacidade eleitoral passiva.

**30.** Plício exerce há 11 anos a profissão de economista e possui especialização em Administração Pública. O Presidente da República, impressionado com os notórios conhecimentos de Plício na área de atuação do Tribunal de Contas da União, decide nomeá-lo como Ministro da instituição, assumindo a vaga antes ocupada por membro oriundo do MP junto ao TCU, agora aposentado. Considerando a situação apresentada, pode-se afirmar que Plício:

- a) Não poderá compor o Tribunal de Contas da União, uma vez que não possui bacharelado em Direito.
- b) Não poderia ter sido livremente escolhido pelo Presidente, já que seu nome deveria constar de lista tríplice elaborada pelo próprio TCU, a ser encaminhada ao chefe do Poder Executivo.

- c) Cumpridos os demais requisitos constitucionais, poderia ser escolhido para integrar a Corte de Contas, mas não em substituição a membro oriundo do MP junto ao TCU.
- d) Deverá ser submetido à sabatina do Senado Federal para, somente então, ser nomeado pelo Presidente.
- e) Jamais poderá ter seu nome aprovado, vez que os Ministros que compõem o TCU são escolhidos, alternadamente, dentre auditores e membros do MP junto ao TCU.

**31.** A Defensoria Pública estadual ajuizou ação civil pública contra ato do governador que determinara a interrupção no fornecimento de medicamentos gratuitos a pessoas de baixa renda. Ramildo, membro da entidade, foi designado para atuar como advogado de defesa da instituição. Birineu, outro defensor vinculado ao órgão, decidiu advogar em favor do Poder Executivo, na mesma causa. Considerando a situação hipotética anteriormente exposta, assinale a alternativa verdadeira:

- a) Há inconstitucionalidade tanto na propositura de ação civil pública, em relação à qual a Defensoria Pública não tem legitimidade ativa, quanto no que diz respeito à atuação de Ramildo e Birineu.
- b) A ação civil pública somente poderia ter sido proposta pelo Ministério Público, em virtude de a este ter sido atribuída tal competência pela CF/88, em caráter de exclusividade.
- c) Embora os defensores não devessem atuar como advogados na causa, o ajuizamento de ação civil pública pela Defensoria tem sido admitido pelo STF.
- d) Não há impedimento para que Ramildo e Birineu atuem em polos opostos na referida ação, uma vez que ambos gozam da garantia da independência funcional.
- e) A atuação de Ramildo não é legítima, uma vez que ele não pode advogar contra o estado. Por sua vez, Birineu jamais poderia ter usurpado a atribuição conferida com exclusividade aos membros da advocacia pública estadual.

**32.** Tibúrcia, vereadora do Município de Rio das Ostras, localizado Estado do Rio de Janeiro, e Tibécia, deputada estadual em exercício na Assembleia Legislativa do mesmo Estado, foram convidadas a participar de um programa de rádio na cidade do Rio de Janeiro. Durante a transmissão, Tibúrcia, ao defender sua posição ideológica, dirige inúmeras ofensas a Tibécia, que havia demonstrado discordância em relação a propostas defendidas pela vereadora. A deputada, visivelmente irritada, agride Tibúrcia, que acaba sofrendo alguns hematomas. Um possível desfecho para o episódio encontra-se descrito em:

- a) Tibúrcia deverá responder pelas ofensas dirigidas a Tibécia. Esta, no entanto, não poderá ser presa em flagrante, nessa situação.
- b) Tibúrcia possui imunidade material e Tibécia imunidade formal, o que impede que ambas sejam presas ou processadas pelas condutas apresentadas.
- c) Tibécia apenas poderá ser presa caso haja autorização da maioria absoluta da Assembleia Legislativa.
- d) Tibécia, na qualidade de vereadora, não possui imunidades parlamentares, as quais destinam-se apenas aos membros do Poder Legislativo em âmbito federal e estadual.
- e) Tibúrcia poderá ser presa em flagrante, já que a imunidade formal de que dispõe incide exclusivamente dentro do recinto da Assembleia Legislativa.

### DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

**33.** É causa que interrompe a prescrição

- a) manter sociedade conjugal com a vítima do dano.
- b) ser descendente do autor do dano.
- c) realizar ato extrajudicial inequívoco que importe no reconhecimento do direito pelo devedor.
- d) ausentar-se do país enquanto em serviço público da União.
- e) ajuizar ação para apurar o fato no juízo criminal.

**34.** Levando-se em conta os direitos da personalidade, julgue as afirmativas a seguir:

- a) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome, o sobrenome e a alcunha.
- b) O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham, desde que não haja intenção difamatória.
- c) Não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial sem autorização, salvo nos casos previstos em lei.
- d) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- e) Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer proteção aos direitos da personalidade os ascendentes ou os descendentes.

**35.** A união de pessoas que, com registro em órgão competente, tenham se organizado para fins não econômicos, ainda que inexistam entre si direitos e obrigações recíprocos, configura

- a) sociedade de fato.
- b) grupo despersonalizado.
- c) fundação.
- d) sociedade simples.
- e) associação.

**36.** O erro que se refere a qualidades secundárias do objeto do negócio jurídico e que não acarreta efetivo prejuízo é denominado

- a) obstativo.
- b) inescusável.
- c) substancial.
- d) acidental.
- e) impróprio.

**37.** Maria decidiu alugar um imóvel de sua propriedade para Ana, que, no momento da assinatura do contrato, tinha dezessete anos de idade.

Nessa situação hipotética, o contrato celebrado pelas partes é

- a) nulo, uma vez que foi firmado por pessoa absolutamente incapaz, condição que pode servir de argumento para Ana extinguir o contrato.
- b) anulável, portanto passível de convalidação, ressalvado direito de terceiros.
- c) válido, desde que tenha sido formalizado por escritura pública, visto que tem por objeto um imóvel.
- d) nulo, porque Ana deveria ter sido representada por um de seus genitores.
- e) válido, ainda que Ana não possua capacidade de direito para celebrar o contrato de aluguel.

**38.** Uma obrigação foi extinta em virtude da constituição de uma nova obrigação — com novo devedor — que ocupou o lugar da primeira.

Nesse caso,

- a) a nova obrigação será inválida se o débito primitivo estiver sujeito a termo.
- b) a nova obrigação representará renúncia a sua invocação se estiver prescrito o débito primitivo.
- c) será lícito ao novo devedor alegar as exceções que beneficiariam o devedor anterior.
- d) a dívida será satisfeita pelo devedor primitivo em caso de insolvência do novo devedor.
- e) a exigência do primeiro débito ficará suspensa até a extinção da dívida atual.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**Ricardo Torques**

**39.** Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre a contestação, assinale a alternativa correta:

- a) A contestação poderá ser apresentada, por petição, no prazo de 15 dias contados da citação, ainda que

seja realizada audiência de conciliação ou de mediação.

- b) Todas matérias arguíveis preliminarmente pelo réu na contestação também podem ser reconhecidas de ofício pelo juiz.
- c) A contestação é orientada pelo Princípio da Eventualidade, de modo que cabe ao réu alegar toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.
- d) A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem não gera nenhuma consequência processual.
- e) Ainda que o réu alegue a incompetência absoluta ou relativa do juízo, a contestação deverá ser protocolada no mesmo foro em que foi a petição inicial.

**40.** O mérito poderá ser decidido parcialmente pelo juiz. Nesse caso:

- a) O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles for incontroverso ou estiver em condições de imediato julgamento.
- b) A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer apenas a existência de obrigação líquida.
- c) A parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, mediante o pagamento de caução, ainda que haja recurso contra essa interposto.
- d) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito poderão ser processados em autos suplementares, unicamente a requerimento da parte.
- e) A decisão poderá ser impugnada por apelação.

**41.** A adjudicação é o ato processual em que há a transferência de propriedade e posse de um bem móvel ou imóvel numa execução. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto que:

- a) É lícito ao exequente, oferecendo preço não inferior ao da avaliação, requerer que lhe sejam adjudicados os bens penhorados.
- b) Se o valor do crédito for inferior ao dos bens, a adjudicação não poderá ser realizada.
- c) Se o valor do crédito for superior ao dos bens, o exequente peticionará ao juízo se deseja extinguir a execução ou prosseguir.
- d) Se houver mais de um pretendente, proceder-se-á a licitação entre eles e o Código não estabelece qualquer critério de preferência.
- e) Frustradas as tentativas de alienação do bem, será reaberta oportunidade para requerimento de adjudicação, mas não será realizada nova avaliação.

**42.** O Código de Processo Civil permite que seja feito o parcelamento do débito do título executivo extrajudicial. Nesse caso:

- a) O parcelamento poderá ser requerido a qualquer tempo após o trânsito em julgado da sentença.
- b) O exequente será intimado para manifestar-se sobre o preenchimento dos pressupostos e o juiz decidirá o requerimento em 5 (cinco) dias.
- c) O parcelamento será requerido no prazo dos embargos e o débito poderá ser parcelado em até 10 (dez) parcelas mensais.
- d) O deferimento do parcelamento não suspende os atos executivos.
- e) É possível o parcelamento do débito e a oposição de embargos à execução.

**43.** Sobre a sentença da ação popular, disciplinada pela Lei nº 4.717/65, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença deverá ser proferida na audiência de instrução e julgamento ou em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos autos pelo juiz.
- b) Não há que se falar em remessa necessária de sentenças de ação popular.
- c) A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do décuplo das custas.
- d) A sentença sempre fará coisa julgada *inter partes*.
- e) As sentenças só poderão ser recorridas pelas partes originárias da ação.

**44.** A Lei nº 7.347 disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético e outros. Sobre referido instrumento, pode-se afirmar corretamente:

- a) O Ministério Público terá participação facultativa no processo.
- b) É possível litisconsórcio entre o autor, o Poder Público e outras associações legitimadas.
- c) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação, apenas o Ministério Público poderá assumir a titularidade ativa.
- d) É vedado o litisconsórcio entre o Ministério Público da União e o Ministério Público dos Estados pois cada um apresenta atribuições bem delimitadas.
- e) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, ajuizarão a ação de ofício, em exceção ao Princípio da Inércia.

**DIREITO PENAL**

Renan Araújo

45. Num Estado democrático de Direito, é imperioso que a intervenção do Estado por meio do Direito Penal preencha uma série requisitos para que possa ser considerada legítima. Um deles é o respeito à segurança jurídica, motivo pelo qual a lei penal incriminadora deve se materializar apenas por meio de diploma legislativo formal, bem como só deve ser aplicada aos fatos praticados após sua entrada em vigor.

Atento ao texto acima, é correto afirmar que ele se amolda, mais precisamente, ao princípio:

- a) Da humanidade das penas
- b) Da pessoalidade da pena
- c) Da ofensividade
- d) Da *ultima ratio*
- e) Da legalidade

46. José, reincidente, praticou um crime de homicídio culposo, e foi condenado a uma pena de 02 anos de detenção, tendo sido fixado o regime inicial semiaberto.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Será incabível a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos, em razão do *quantum* de pena imposta
- b) Será incabível a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos, em razão da natureza da infração penal praticada
- c) Será incabível a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos, em razão da reincidência do agente
- d) Será cabível a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos, podendo a pena privativa de liberdade ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.
- e) Será cabível a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos, podendo a substituição ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos.

47. Jonas, servidor público do TJRJ, por não conseguir ser aprovado no teste para a obtenção da carteira de habilitação, fabricou uma carteira de habilitação falsa, vindo posteriormente a utilizar a carteira de habilitação falsificada em diversas oportunidades.

Nesse caso, é correto afirmar que Jonas responderá por:

- a) Falsificação de documento público, apenas, sem majoração em razão do cargo ocupado
- b) Falsificação de documento público, apenas, com pena aumentada de sexta parte, por se tratar de funcionário público
- c) Falsificação de documento público, com pena aumentada de sexta parte, por se tratar de funcionário público, e uso de documento falso
- d) Falsificação de documento público, sem aumento de pena, e uso de documento falso
- e) Uso de documento falso, apenas

48. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) O peculato é crime que não admite forma culposa, eis que pressupõe o dolo de causar lesão ao erário
- b) O elemento subjetivo exigido pelo tipo penal referente ao crime de prevaricação é apenas o dolo genérico, sendo desnecessário qualquer elemento subjetivo específico
- c) O crime de abandono de função só se verifica quando se trata de abandono de cargo público
- d) O crime de advocacia administrativa não se configura quando o funcionário público patrocina interesse privado legítimo perante a administração pública, valendo-se de sua qualidade de servidor
- e) O crime de facilitação de contrabando ou descaminho é crime comum, não exigindo qualquer qualidade especial do sujeito ativo

49. Revoltado com o término da relação amorosa, José se dirige à delegacia e afirma que Maria, sua ex-namorada, havia praticado crime de estelionato em desfavor de alguns vizinhos, mesmo sabendo que Maria era inocente em relação aos fatos apontados. Em razão disso, a autoridade policial instaura inquérito policial para apurar os fatos narrados por José. Todavia, durante a investigação fica comprovado que Maria não praticou o fato imputado, motivo pelo qual não houve oferecimento de denúncia.

Nesse caso, é correto afirmar que José praticou o crime de:

- a) denúncia caluniosa, consumada
- b) denúncia caluniosa, em sua forma tentada
- c) denúncia caluniosa, consumada, com aumento de pena em razão do motivo torpe
- d) comunicação falsa de crime, consumada
- e) comunicação falsa de crime, em sua forma tentada

50. José, funcionário público do TJRJ, solicitou R\$ 5.000,00 a Pedro, advogado, para que fosse dado andamento mais célere a determinado processo judicial. A solicitação foi realizada por intermédio da esposa de José, Maria, que também é advogada e amiga de Pedro. Maria ficou encarregada de entrar em contato com Pedro e realizar a oferta, o que de fato aconteceu. A quantia, porém, não foi paga por Pedro, que noticiou o fato à corregedoria do TJRJ e à OAB-RJ.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) José praticou o crime de corrupção ativa consumada, e Maria não praticou crime, por não ser funcionária pública
- b) José praticou o crime de corrupção passiva consumada, e Maria não praticou crime, por não ser funcionária pública
- c) José praticou o crime de corrupção passiva tentada, e Maria não praticou crime, por não ser funcionária pública
- d) José e Maria praticaram o crime de corrupção passiva consumada
- e) José e Maria praticaram o crime de corrupção passiva tentada

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

51. Acerca do inquérito policial e da ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) O inquérito policial pode ser instaurado por requerimento da vítima ou do MP, nos crimes de ação penal pública incondicionada
- b) O inquérito policial, embora seja procedimento dispensável, deverá acompanhar a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra
- c) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade, podendo aditar a queixa-crime para incluir autores do crime que não foram incluídos pelo querelante
- d) Concedido o perdão do ofendido, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias, se o aceita, devendo ser cientificado de que o silêncio importará recusa
- e) Por força do princípio da disponibilidade, o MP poderá desistir da ação penal, desde que o faça até o final da instrução

52. José é réu em determinado processo criminal instaurado por meio de denúncia do MP, pela suposta prática do crime de lesão corporal seguida de morte, em tese praticado contra Pedro. José foi condenado em primeira instância, estando o processo em fase recursal. Ronaldo, irmão de Pedro, requereu ao Juiz sua habilitação como assistente de acusação, tendo sido indeferido o pedido.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Agiu corretamente o Juiz, eis que Ronaldo não tem legitimidade para atuar como assistente de acusação
- b) Agiu corretamente o Juiz, eis que o momento processual não mais admite o ingresso do assistente de acusação
- c) Agiu corretamente o Juiz, eis que o assistente de acusação só é cabível nas ações penais privadas
- d) Não agiu corretamente o Juiz, de forma que Ronaldo poderá interpor recurso em sentido estrito para impugnar a decisão



e) Não agiu corretamente o Juiz, de forma que Ronaldo poderá impetrar mandado de segurança caso queira impugnar a decisão, eis que não há recurso cabível

**53.** Acerca da prisão domiciliar, é correto afirmar que:

- a) O Juiz deverá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar quando o acusado for maior de 80 (oitenta) anos.
- b) O Juiz deverá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar quando o acusado estiver extremamente debilitado por motivo de doença grave.
- c) O Juiz poderá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar quando o agente for homem e tenha filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, ainda que não seja o único responsável pelos cuidados do filho.
- d) O Juiz deverá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar quando a agente for gestante ou for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, desde que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa e não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.
- e) O Juiz poderá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar no caso de mulher com filho de até 14 anos de idade incompletos

**54.** José foi denunciado pelo MP pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Após frustradas as tentativas para localização do réu, o Oficial de Justiça certifica que José se encontra em local incerto e não sabido.

Nesse caso, o Juiz deverá:

- a) determinar a citação de José por edital, sendo desnecessária a transcrição da denúncia no edital de citação, bastando a indicação do dispositivo da lei penal violado
- b) determinar a citação de José por edital, sendo necessária a transcrição da denúncia no edital de citação, sob pena de nulidade
- c) determinar a citação de José por hora certa
- d) determinar a citação de José por carta precatória

e) determinar a remessa dos autos ao Juízo comum, eis que não cabe citação por edital nos juizados especiais criminais

**55.** José foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de corrupção ativa (pena: 02 a 12 anos de reclusão, e multa), tendo sido requerida a decretação da prisão preventiva de José, para a conveniência da instrução criminal. O Juízo recebeu a denúncia, mas indeferiu o pedido de decretação da prisão preventiva, ao argumento de que os motivos apontados pelo MP não eram contemporâneos.

Caso queira impugnar a decisão, deverá o MP:

- a) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, a contar de sua intimação pessoal mediante entrega dos autos na repartição administrativa do MP
- b) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias, a contar de sua intimação pessoal mediante entrega dos autos na repartição administrativa do MP
- c) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, a contar da publicação da intimação no diário oficial
- d) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias, a contar da publicação da intimação no diário oficial
- e) interpor apelação, no prazo de 05 dias, a contar de sua intimação pessoal mediante entrega dos autos na repartição administrativa do MP

**56.** José, residente em Petrópolis-RJ, praticou 04 crimes de roubo majorado, em continuidade delitiva. O primeiro foi praticado na comarca do Rio de Janeiro-RJ; o segundo e o terceiro ocorreram na comarca de Duque de Caxias-RJ; e o quarto na comarca de Belford Roxo-RJ. Os fatos ocorreram em um intervalo de 16h, tendo sido praticados com o mesmo *modus operandi* (subtração de veículo automotor mediante grave ameaça exercida com o emprego de faca).

Nesse caso, a competência para processar e julgar José será:

- a) De uma das varas criminais da comarca do Rio de Janeiro, local em que foi praticada a primeira conduta delituosa

- b) De uma das varas criminais da comarca de Belford Roxo, local em que foi praticada a última conduta delituosa
- c) De uma das varas criminais da comarca de Duque de Caxias, local em que foi praticado o maior número de infrações
- d) De uma das varas criminais das comarcas do Rio de Janeiro, Duque de Caxias ou Belford Roxo, firmando-se pela prevenção.
- e) De uma das varas criminais das comarcas do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Belford Roxo ou Petrópolis, firmando-se pela prevenção.

## LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

**57.** Os cartórios e secretarias de direção de foro adotarão as pastas e os livros escriturando-os ou formando-os de conformidade com a Consolidação Normativa Judicial

Livros, pastas e fichas serão encaminhados ao Arquivo Geral deste Tribunal, observada a tabela de temporalidade documental, que é

- a) mensal
- b) trimestral
- c) semestral
- d) anual
- e) NDA

**58.** Os livros cartorários obrigatórios serão impressos ou formados por folhas, numeradas e encadernados, com termos de abertura e de encerramento assinados pelo Chefe de serventia.

O termo de abertura e de encerramento não conterà

- a) o número do livro.
- b) o fim a que se destina.
- c) a identificação do servidor Responsável pela serventia.
- d) o fecho, com data e assinatura.

e) o número da caixa de arquivo.

**59.** Em caso de prioridade de idoso, benefício de gratuidade de Justiça e outros casos decorrentes da especificidade de cada Juízo, será.

- a) afixada etiqueta identificadora na capa dos autos
- b) utilizada capa de autuação vermelha
- c) utilizada capa de autuação preta
- d) afixada etiqueta identificadora na contracapa dos autos
- e) utilizada capa de autuação palha

**60.** Ressalvado caso especial, a cujo respeito o Juiz decidirá, os autos não excederão duzentas folhas em cada volume. As folhas serão reunidas por meio de grampo-encadernador metálico (grampo-trilho ou colchete) ou plástico.

- a) Não ultrapassando o número de 30 folhas, sua reunião poderá dar-se por meio de colchetes (grampos de latão) ou grampos comuns.
- b) Não ultrapassando o número de 50 folhas, sua reunião poderá dar-se por meio de colchetes (grampos de latão) ou grampos comuns.
- c) Não ultrapassando o número de 60 folhas, sua reunião poderá dar-se por meio de colchetes (grampos de latão) ou grampos comuns.
- d) Não ultrapassando o número de 100 folhas, sua reunião poderá dar-se por meio de colchetes (grampos de latão) ou grampos comuns.
- e) Não ultrapassando o número de 200 folhas, sua reunião poderá dar-se por meio de colchetes (grampos de latão) ou grampos comuns.

## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-09-05-20>

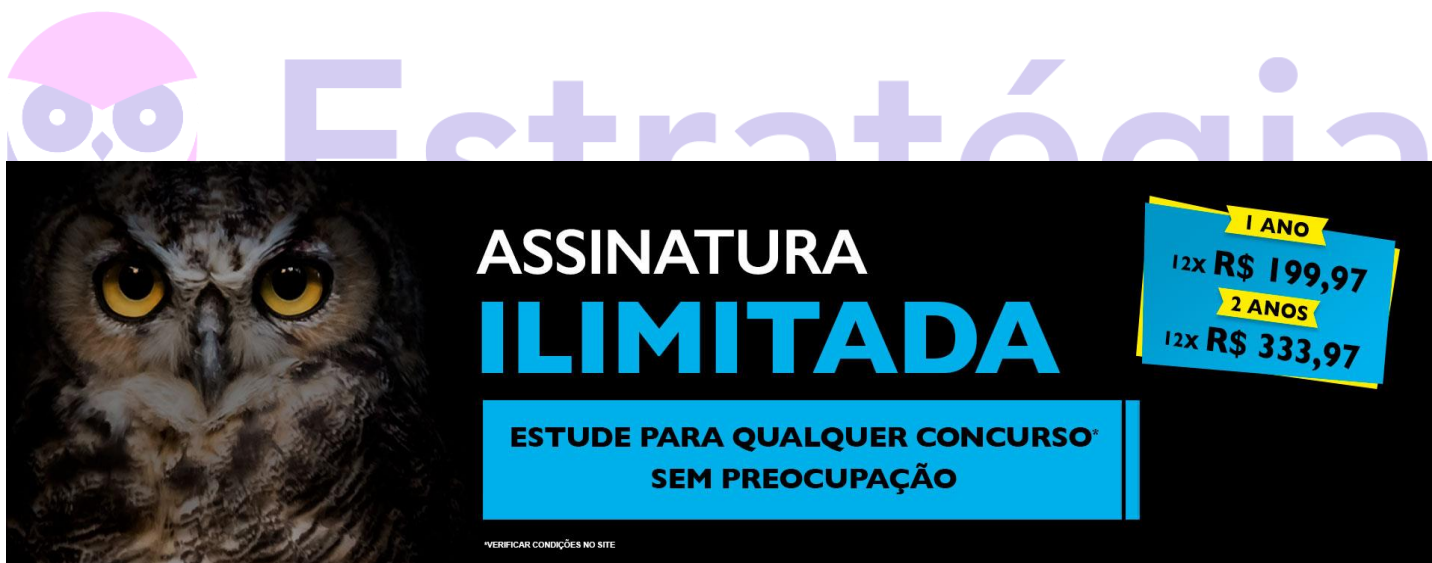
*Conheça nosso Sistema de Questões!*  
*Clique no banner!*

Estratégia  
Concursos



## ***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE